


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE CAMPINAS**
**FORO DE CAMPINAS**
**6ª VARA CÍVEL**

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco C, salas 5 e 6 -  
Jd. Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3619 - E-mail: campinas6cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **4022580-51.2013.8.26.0114**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Pedro José Ribeiro Porto e outro**  
 Requerido: **HOSPITAL VERA CRUZ SA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gustavo Pisarewski Moisés**

Vistos.

Trata-se de ação que PEDRO JOSÉ RIBEIRO PORTO e MARIA INÊS PIVA RIBEIRO PORTO propuseram contra HOSPITAL VERA CRUZ S.A. e RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CAMPINAS LTDA pretendendo, em suma, a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais.

Segundo narra a inicial: o filho dos autores foi submetido a um exame de ressonância magnética, a ser realizado pelo segundo réu, dentro das dependências do primeiro réu; em virtude de erro e imperícia, foi na vítima introduzida substância letal ao invés de soro fisiológico; por força desse evento, o filho dos autores veio a falecer naquela mesma data.

Os réus apresentaram contestação, batendo-se pela improcedência, se não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

6ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco C, salas 5 e 6 -  
Jd. Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3619 - E-mail: campinas6cv@tjsp.jus.br

acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva.

Os autores se manifestaram em réplica.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

De rigor o julgamento do feito no estado em que se encontra.

Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do primeiro réu, a qual, aliás, acaba por se confundir com o próprio mérito da lide.

No mérito, a ação é procedente.

Vejamos.

Não há qualquer controvérsia relevante quanto aos principais pontos fáticos noticiados na inicial.

Por certo, é incontroverso que o filho dos autores foi submetido a um exame de ressonância magnética, a ser realizado pelo segundo réu, dentro das dependências do primeiro réu.

Ainda, é incontroverso que na vítima introduzida substância letal ao invés de soro fisiológico, de modo que, em razão dessa circunstância, o filho dos autores veio a óbito.

Esses os fatos e, sendo esses os fatos, nada mais evidente que pelo evento danoso são responsáveis os ora réus, o que, de tão óbvio e manifesto, dispensa maior



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

6ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco C, salas 5 e 6 -  
Jd. Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3619 - E-mail: campinas6cv@tjsp.jus.br

digressão a respeito.

Afastada a arenga e a ladainha que os responsáveis em eventos que tais soem apresentar em juízo, como se tal conseguisse algum sucesso em sua defesa, é gritante aqui o erro grosseiro e crasso, a falta de perícia e a incompetência dos prepostos dos réus, a dar azo ao evento ora em exame.

Se diligentes tivessem sido o bastante, por óbvio e evidente, o evento não teria acontecido.

A mera ocorrência do evento, em situações que tais, basta para desnudar a falta de perícia, a incompetência, a falha grosseira e o erro tosco na atividade explorada pelos réus, que em nada e em hipótese alguma se justificava e que desculpa alguma merece tutela.

De nada adiante se cercar de cuidados ou adotar procedimentos protocolares (o que por si só não afasta a responsabilidade dos réus) se tais cuidados não vieram a ser efetiva, adequada e satisfatoriamente observados pelos prepostos dos réus.

A morte de paciente quando da realização de exame corriqueiro por troca de substâncias é algo tão absurdo que só confirma a falta de cautela daqueles que lá trabalhavam em favor dos réus.

O ato ilícito aqui é patente: o filho dos autores ingressa nas dependências dos réus para realizar exame corriqueiro e de lá sai sem vida, em razão da troca de substâncias químicas.

Trata-se de falha imperdoável, injustificável, inescusável, vergonhosa e que de tão grotesca que é dispensa maiores qualificativos.

E nesse quadro, é inequívoco e inegável o nexo causal entre o evento e a conduta dos prepostos dos réus.

Digam o que quiserem os réus dizer, o que releva aqui é que é incontroverso



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

6ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco C, salas 5 e 6 -  
Jd. Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3619 - E-mail: campinas6cv@tjsp.jus.br

o noticiado na inicial, tal qual acima já consignado, e por isso vão eles responder.

Por igual, o dano moral aqui também é patente, de natureza *in re ipsa*.

Aliás, ninguém em sã consciência pode afirmar não haver dano moral dos pais pela morte de seu filho, mormente nas circunstâncias teratológicas em que tal evento aqui se deu.

A responsabilidade dos réus é objetiva, sendo tal questão também irrelevante, porquanto a mera ocorrência do evento danoso, como já anotado, evidencia por si só uma imperícia tão grotesca que denota culpa em grau elevadíssimo.

Da mesma forma, a responsabilidade dos réus é solidária (o que afasta a preliminar inconsistente de ilegitimidade passiva), mormente porque se trata aqui de típica relação de consumo.

Deveras, o evento danoso se deu quando o filho dos autores realizava exame mérito em clínica (segundo réu) que se encontrava funcionando dentro das dependências do primeiro réu.

A vinculação negocial entre os réus, portanto, enseja aqui a participação de ambos na cadeia de fornecedores, respondendo ambos pelos danos que seus prepostos causarem aos respectivos consumidores, aos quais se equiparam aqueles atingidos pelo evento.

Resta, por fim, arbitrar o valor da indenização, que fica aqui fixado em R\$ 500.000,00, para cada um dos autores (a totalizar a monta de R\$ 1.000.000,00), sem prejuízo dos encargos legais da mora (atualização pelos índices judiciais a partir desta data e juros simples de 1% ao mês a contar da citação, tratando-se aqui de responsabilidade de origem contratual).

Trata-se de valor que se apresenta razoável para compensar os autores pelo dano moral por si experimentado, sem configurar enriquecimento sem causa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

6ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco C, salas 5 e 6 -  
Jd. Santana

CEP: 13088-901 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3756-3619 - E-mail: campinas6cv@tjsp.jus.br

E não se justifica o arbitramento de montante inferior, considerando-se a gravidade da conduta dos prepostos dos réus e a gravidade do evento danoso.

Por certo, além do erro grosseiro em que incorreram os prepostos dos réus, nada há mais doloroso e nenhum sofrimento mais intenso o que cala mais fundo que a morte de um filho (o que inverte a lógica cronológica da vida), principalmente quando ainda jovem e em circunstâncias tão absurdas como a do caso dos autos.

Ante o exposto, julgo procedente a ação, para condenar os réus a pagarem aos autores, a título de indenização por danos morais, a quantia de R\$ 500.000,00 para cada um deles, com atualização pelos índices judiciais a partir da presente data e juros simples de mora de 1% ao mês a contar da citação.

Condeno os réus ao pagamento das custas e da honorária do patrono dos autores, que fixo em 15% do que se liquidar.

P. R. I.

Campinas, 28 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**